

É possível uma sociedade sem culpa? O lugar da culpabilidade nos processos de subjetivação

*Is it possible to conceive a society without guilt? The role of
guilt in the process of subjectivation*

Fernanda Goldenberg*
Carlos Augusto Peixoto Junior**

Resumo: Diante das transformações ocorridas no processo de transição da modernidade para a contemporaneidade, o presente trabalho questiona o lugar do sentimento de culpa na estrutura social e seu impacto junto às subjetividades. Dessa forma, busca-se reunir neste artigo diferentes pontos de vista dentro do pensamento psicanalítico acerca do sentimento de culpa, com o intuito de provocar uma discussão sobre sua relação com a subjetividade contemporânea, e questionar se a culpa seria um sentimento imprescindível ou não para o psiquismo humano.

Palavras-chave: Sentimento de culpa, psicanálise, subjetividade, contemporaneidade, cultura.

Abstract: *In face of the changes in the process of transition from modernism to contemporary, this paper questions the role of the feeling of guilt in the social structure and its impact on the subjectivities. Thus, we attempt to compile in this article different points of view of some thinkers of psychoanalysis about the feeling of guilt in order to provoke a discussion about their relationship to contemporary subjectivity, and question whether or not the guilt is an essential feeling in human psyche.*

Keywords: *Feeling of guilt, psychoanalysis, subjectivity, contemporary, culture.*

* Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica (área de Psicanálise e Cultura) pela PUC-RJ.

** Psicanalista, Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-RJ.

Introdução

O cenário contemporâneo parece fazer proliferar uma série de discursos sobre as novas disposições subjetivas que vêm sendo produzidas, com particular enfoque em seus aspectos individualistas, narcisistas e por vezes perverso. Pensadores de diversas arenas epistemológicas descrevem, no contexto contemporâneo, uma certa falência do espaço social, dado o intenso desenvolvimento do individualismo e dos valores que lhe são próprios, acarretando um enfraquecimento do lugar público, dos planos coletivos e do reconhecimento da alteridade.

Neste sentido, nos pareceu interessante utilizar o sentimento de culpa como um recorte mais específico que nos permita aprofundar o estudo sobre as relações intersubjetivas. Veremos como, para alguns pensadores, o sentimento de culpa é considerado fundamental para a ordem social, ao nos proteger dos mandamentos de nossas pulsões e nos obrigar a reconhecer a alteridade. No entanto, é interessante notar como seu valor é posto em questão exatamente no contexto contemporâneo, cujo discurso costuma incitar práticas voltadas para valores mais individualistas, como a busca do prazer desprovido de culpabilidade, podendo por vezes ser dotado de características perversas. Este ponto de vista supõe que o declínio da culpa enquanto valor presente nas relações humanas poderia corresponder a um risco para a manutenção da ordem social, que estaria refém de subjetividades frágeis, narcísicas e perversas. Tais discursos costumam ser acompanhados de receio e avaliações fatalistas que, acreditamos, merecem ser problematizadas por nos deixarem num meio aparentemente desprovido de sentido e sem perspectivas.

Tendo este cenário em mente, deparamo-nos com a seguinte questão: será possível uma ordem social que prescindia do sentimento de culpa em sua organização? É possível uma sociedade sem culpa? Esta pergunta guiará nossa pesquisa. Partimos do princípio de que a subjetividade não é impermeável à passagem do tempo. Considerar o sentimento de culpa como algo construído e vinculado a seu contexto histórico-político-social nos permite questionar se no homem contemporâneo o lugar de tal sentimento é ou não igualmente fundamental e estruturante. Dessa forma, buscamos reunir neste trabalho diferentes pontos de vista acerca do sentimento de culpa, com o intuito de provocar uma discussão sobre sua relação com a subjetividade contemporânea, podendo contribuir para o surgimento de uma nova possibilidade de nos relacionarmos com o sentimento de culpa e, assim, avaliarmos seu papel e sua pertinência na atualidade.

A herança de Freud

O conceito de culpa perpassa praticamente toda a obra de Freud, já que sua teoria se baseia em uma concepção do psiquismo humano onde conflito, recalque, Édipo e inconsciente são peças fundamentais. O pensamento freudiano evidencia o conflito entre as exigências individuais e as sociais, e é neste embate que se dá a formação de uma sociedade, de uma cultura. Em todo agrupamento social está em jogo a urgência de um relacionamento possível entre seres humanos e a satisfação dos desejos individuais, estes muitas vezes contrários ao bom convívio social.

Freud elabora uma teoria sobre a cultura que poderia ser dividida em dois momentos cruciais. O primeiro aparece em “Totem e Tabu” (1912-1913) e na idéia nele exposta de que a cultura se funda na culpa resultante do assassinato do pai primitivo e na conseqüente instauração dos dois tabus a ele associados, a saber, a submissão à autoridade do pai e a proibição do incesto. Desse modo, a cultura nasceria da interiorização da repressão, sendo esta necessária para domar as pulsões sexuais que, caso contrário, conduziriam à mera satisfação egoísta dos indivíduos. Nesse momento, Freud concebia um dualismo pulsional em que o conflito se dava entre as pulsões sexuais e as de autoconservação, ou do ego. Para ele, as pulsões eróticas, além de força vital, poderiam também se constituir como força disruptiva. No entanto, a partir da repressão essa força pode se converter de antissocial para uma força pró-social.

Freud confere à culpa lugar fundamental na relação do sujeito com a lei e a sociedade, e também supõe que junto com toda herança simbólica também seja transmitida a culpa. Neste sentido, ela fornece a filiação e a genealogia do sujeito, sugerindo que a gênese da subjetividade só é possível a partir do sentimento de culpa. A culpa decorrente do assassinato do pai e fundadora da sociedade marca o psiquismo humano de forma duradoura e indelével. Freud sugere que o sentimento de culpa está cravado na carne humana e destinado a orientar os seus caminhos psíquicos seguintes.

O segundo momento crucial da teoria da cultura de Freud é a publicação de *Para além do princípio de prazer* (1920), obra na qual reformula sua teoria pulsional e apresenta a idéia de uma pulsão de morte. Freud remete o conflito psíquico, até então relacionado ao sentimento de culpa, para um confronto entre pulsões, Eros e pulsão de morte, tornando-o agora ontológico. Com isso, situa a destrutividade na própria natureza humana, de onde, mais tarde, justificará a inevitabilidade do sentimento de culpa e do mal-estar em qualquer organização social.

De fato, é quase vinte anos após sua primeira vinculação da culpa com a sociedade, em *Totem e Tabu*, que Freud elabora a sua compreensão da forma-

ção cultural em *O Mal-estar na Civilização* (1930 [1929]). Neste trabalho, sua abordagem do sentimento de culpa está mais cuidadosa e trabalhada. O título autoexplicativo sugere a inevitabilidade da sensação de mal-estar em qualquer forma de agrupamento social. Isto se daria pelo fato de que a organização social vai de encontro à busca pela felicidade individual, e, portanto, esta última nunca poderia ser alcançada.

Freud adota o ponto de vista de que a inclinação para a agressividade constitui não só uma forte disposição pulsional, como também representa o maior impedimento à civilização. Não parece haver saída. Enquanto a sociedade continuar a se organizar através de famílias, o conflito irá aparecer no complexo edipiano; haverá a formação da consciência moral, ou superego, e se instalará o sentimento de culpa. Aquilo que começou em função do pai se expande em relação ao grupo, de forma a continuamente fortalecer o sentimento de culpa. Portanto, “o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa” (Freud, 1930, p. 158).

Tendo este cenário a nossa frente, podemos compreender melhor a visão de mundo que sustenta os argumentos de alguns pensadores influenciados pela psicanálise e, portanto, a sua crítica à subjetividade contemporânea. Como tentaremos mostrar adiante, segundo alguns pontos de vista, o mundo atual parece fundamentalmente diferente daquele descrito por Freud. A renúncia ao instinto não parece fazer sentido em um mundo regido pela lógica do consumo, do imediatismo e do culto ao gozo. A falência das grandes instituições sociais e o chamado declínio da moral e da lei vêm conduzindo o indivíduo, cada vez mais avesso às relações intersubjetivas, a exercer seus instintos sexuais e agressivos de forma não só impune como cultuada. Ou seja, sem culpa.

Será que ao constatarmos a desvalorização da culpa estamos diante da completa abolição da renúncia ao instinto? Será que sem a culpa nos entregáramos a um permanente estado de natureza, numa ruptura completa da civilização?

Há culpa em não sentir culpa?

Na esfera do discurso psicanalítico contemporâneo observamos uma avaliação que sugere que a moderna subjetividade edípica vem dando lugar a aspectos cada vez mais narcísicos nos indivíduos, esvaziando cada vez mais a importância da alteridade. Segue-se, com isso, certa consternação com a dinâmica social individualista que, indissociável de uma redução drástica da esfera pública, promove subjetividades regidas pelo narcisismo, as quais colocam em

risco a organização social: “... construímos uma sociedade autodestrutiva e mutiladora, cuja dinâmica perversa parece acentuar-se vertiginosamente” (Plastino, 2002, p. 9).

No âmbito da clínica, a psicanálise também atesta o crescimento de novas psicopatologias, fundadas num sentimento de vazio, em que a atitude em relação ao outro está mais próxima da indiferença que da culpa. Enquanto o outro ocupa apenas o lugar de objeto de consumo, o sujeito fica relegado a uma angustiante corrida cujo desempenho frequentemente parece insuficiente, resultando em fracasso e vergonha.

Neste contexto, é possível falar de um mal-estar desvinculado do sentimento inconsciente de culpa, pois o papel atribuído à culpa já não tem a mesma centralidade que teve em Freud. A psicanálise não deixa de se fundamentar na ambivalência afetiva originária, porém descarta a tese freudiana da expansão de Eros. Frente ao presente narcisismo, o movimento expansivo de Eros anteriormente considerado como inevitável parece dar lugar a um perigoso processo de disjunção pulsional em que a pulsão agressiva exerce sua forma pura de pulsão de morte.

Neste sentido, Joel Birman (2005) atesta um certo mal-estar da psicanálise na contemporaneidade, como se algo do projeto psicanalítico não pudesse mais se coadunar com os imperativos da atualidade. Confere a ele um estatuto de saber exclusivo da sociedade moderna e ocidental, datada do final do século XIX, faltando-lhe recursos para trabalhar com as novas subjetividades produzidas na atualidade.

Num mundo marcadamente exibicionista, fundado numa cultura do narcisismo e do espetáculo, as relações humanas passam a ser dotadas de características um tanto perversas, pois, referido a si mesmo, o indivíduo encontra-se impossibilitado de reconhecer o outro em sua diferença radical. Segundo o autor, em nossa cultura somos apenas capazes de encarar o outro como objeto para usufruto, como um corpo a ser manipulado para o gozo particular. Birman comenta, ainda, que esta forma de estetização da existência provoca subjetividades descartáveis que, ao lado do esvaziamento da alteridade, acabam por usufruir e depredar o corpo do outro numa forma perversa de existência.

Ora, num contexto em que a renúncia ao instinto não faz sentido, fazendo com que a perversão seja legitimada e valorizada socialmente, o lugar da culpa entra em questão. Se esta era um agente interno responsável pela garantia de restrição às pulsões, o que fazer dela quando o sujeito não só pode como deve descarregar, sem culpa, seus instintos no mundo?

Para o filósofo francês Dany-Robert Dufour (2001, 2005), a contemporaneidade presencia o que chama de uma destituição subjetiva, em função do que considera um declínio da moral a partir do esgotamento ou desaparecimento dos grandes discursos de legitimação. Isto porque não acredita que possamos nem mesmo falar em sujeitos, pois não há nada capaz de sustentar uma submissão.

Segundo o autor, a moral só pode ser aceita *em nome de* algo que a legitime. A ausência de um enunciador coletivo com credibilidade faz com que não saibamos mais em nome de que falar, e assim condena-se o sujeito pós-moderno a fazer a si próprio, sem meios para isso, sem a orientação de um antecedente histórico.

Assim, Dufour sugere que, sem referências que possam fundamentar uma anterioridade e uma exterioridade simbólicas, torna-se impossível para o sujeito manifestar-se numa espacialidade ou temporalidade suficientemente ampla. Este sujeito estaria submerso em um presente constante, um instante, onde o projeto, o planejamento, a antecipação e mesmo o retorno sobre si próprio tornam-se operações altamente problemáticas.

É dessa forma que o autor desconstrói a subjetividade moderna, inviabilizando sua capacidade de constância e uniformidade, já que o que presenciamos atualmente se refere mais ao âmbito da fluidez e da fragmentação. De fato, estamos imersos em uma cultura que depende da capacidade de circulação dos fluxos e, portanto, prefere indivíduos de identidades mais flexíveis do que o neurótico moderno, tão contra-producente para o capitalismo neoliberal. O antigo sujeito freudiano, com suas neuroses, frustrações, fixações, parece estar cristalizado numa forma rígida, antiprodutiva, que não condiz com as exigências contemporâneas de transformação constante, cuja possibilidade depende de se manter aberto a todas as conexões.

O autor retrata essa desconstrução do sujeito conhecido da modernidade, o sujeito descrito por Freud, afirmando que a pós-modernidade é caracterizada pela abolição da distância entre o sujeito e aquilo que o fundamenta, entre o mundo interno e o externo, entre o eu e o outro. Em *O Ego e o Id* Freud trata de diferenciar a subjetividade regida pelo ego ideal e pelo ideal de ego, procurando associar a primeira a um modo perverso ou narcísico de comportamento, enquanto que o ideal do ego permite sustentar uma distância necessária ao reconhecimento da lei e do outro: “Os conflitos entre o ego e o ideal, como agora estamos preparados para descobrir, em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre mundo externo e mundo interno”. (Freud, 1923, p. 51.).

Parece-nos que a discussão em voga na pós-modernidade refere-se à dearticulação do ideal do ego, num contexto em que um modo narcísico de existência faz mais sentido que um edípico, parecendo tornar obsoletas as funções do superego e da culpa. Assim, o conflito entre ideal do ego e ego, que contrastava o mundo real com o psíquico, também deixaria de existir. Ou seja, perde-se o limite entre mundo externo e interno, ou, como disse Dufour, entre o sujeito e o outro. Se não há conflito, poderíamos dizer que não há barreiras para a pura descarga de pulsões na realidade, sem a necessidade de uma instância reguladora: abre-se mão do sentimento de culpa. Em termos freudianos, é o mesmo que manter-se no nível de um ego ideal, ao invés do ideal do ego, ou, se preferirmos, no âmbito do narcisismo, ou mesmo da perversão. Se o termo “sujeito” (derivado do latim, *subjectus*) designa o estado de quem é submetido, seja às leis, à sua condição, ou ao outro, Dufour formula a contradição — homens sem limites, sujeitos a quê?

Resta saber se isso deve representar um perigo conjugado com o desejo de retornarmos ao modelo já conhecido pela modernidade, ou se é o caso de supor novos arranjos que possam prescindir do sentimento de culpa sem que isso necessariamente acarrete a dissolução do laço social. Trata-se de reavaliar sua posição de necessário, estrutural, indispensável.

De qualquer forma, no que tange à construção da subjetividade, talvez o que possamos acrescentar é que o sentimento de culpa era parte da ideologia moderna, dando as características do que era a verdade, determinando o conceito de normalidade, em detrimento do que era desviante e pertencente ao âmbito das perversões. Neste sentido a ideologia da culpa funcionava, ela própria, como um dos dispositivos de poder para dar conta dos corpos humanos, em detrimento da “anormalidade” das perversões.

Neste sentido, discutir o mundo pós-moderno em termos da culpa ou da perversão pode parecer pouco adequado. Parece remeter a uma linguagem própria da modernidade, que atualmente deve abrir espaço para outra linguagem, outro código.

Considerando este panorama, poderíamos então nos perguntar se seria próprio do humano ser indefinido e moldável, de forma a se manter aberto aos devires da história. Pois, se pudermos enxergar que, conceitualmente, o *homem* é uma invenção do humanismo ocidental, perfeitamente datada e hoje em plena decadência, poderíamos supor ou mesmo inventar novas conceituações e, junto com elas, novas formas de ser no mundo e novos mundos para sermos.

Se considerarmos que há uma verdadeira estrutura apriorística humana que está sendo violentada, seríamos tentados a crer que a dissolução do senti-

mento de culpa é preocupante, sintomática e nos direcionaria ao caos. No entanto, se preferirmos compreender que a transformação é inerente ao ser humano e que nos é impossível prever quais caminhos a humanidade tomará, podemos apenas supor que a desvalorização da culpa enquanto paradigma fundamental da existência não deve ser necessariamente preocupante.

De qualquer forma, a questão relativa a uma sociedade sem culpa permanece em aberto. Esperamos, aqui, produzir questionamentos e oferecer algumas perspectivas que contribuam com a elaboração de novas saídas para esta questão, ou ao menos levar a uma problematização a seu respeito.

A saída winnicottiana

A contribuição winnicottiana nos permite conceber, ao introduzir o conceito de espaço de ilusão na constituição subjetiva, acompanhada da dimensão de paradoxalidade que deve ser aceita e sustentada, uma inovadora perspectiva sobre o sentimento de culpa. Se o lugar em que vivemos nunca deixa de ser este espaço intermediário, espaço de criação e de experiência, o sentimento de culpa pode não mais ser pensado em termos de introjeção e projeção, mas pertencente a este lugar intermediário que provoca a criatividade, a criação, a experiência, enfim, toda a dimensão afetiva focada por Winnicott. Ao invés de reconhecer a culpa pelo viés do conflito, da inevitabilidade de mal-estar e de um sujeito necessariamente barrado, castrado, que controla seus instintos em prol de um melhor convívio social, a perspectiva winnicottiana dá ao desejo a dimensão criativa, abrindo um outro espaço, um outro mundo.

Este ponto de vista nos parece interessante por oferecer uma saída, dentro da teoria psicanalítica, à perspectiva de uma sociedade não fundada na culpa. Se a cultura pode ser concebida como espaço de ilusão, constante criação, e não toma como inimiga a agressividade, as possibilidades de construção cultural se expandem na medida do potencial criativo dos homens. Ainda, a abordagem oferecida por Winnicott consiste numa perspectiva sobre o sentimento de culpa em que o mal-estar do conflito não tem lugar na vida saudável, e assim nos possibilita pensar num meio cultural passível de criatividade e construção, dentro dos limites da própria teoria psicanalítica. A culpa, enquanto possibilidade de reparação e fruto do processo maturacional, independente da moral exclusivamente externa e pode se coadunar com os valores contemporâneos sem implicar desintegração ou desestruturação do ego ou do laço social. Consiste em um ponto de vista que procura oferecer saídas, e não ansiedade, nostalgia ou fatalismo.

Pensar a cultura não só a partir do dualismo e do conflito, mas incluindo o espaço potencial como meio de experimentação e criação nos dá uma outra dimensão de compreensão das constantes mudanças e reformulações que vivemos em nossos valores no acelerado ritmo da dinâmica social atual. A culpa se insere no pensamento de Winnicott, não no conflito entre o individual e coletivo, mas justamente num lugar intermediário, não definido, paradoxal e, portanto, abre caminho para sua elaboração e para a possibilidade do *concern*.

Ao considerarmos a concepção de superego formulada por Freud como resultado do testemunho dos psiquismos de sua época, seria possível se esperar que a concepção winnicottiana acompanhe as transformações sofridas pela subjetividade. Dessa forma, ao invés de associarmos o superego a uma intervenção dura, violenta, agressiva, resultado da resolução edípica, poderíamos ter em Winnicott uma moralidade que surja de dentro para fora, de maneira mais suave, gradativa, resultado da relação dual entre mãe e bebê.

Este processo, que para Winnicott não é nem exterior, nem interior, mas reside no espaço potencial de experiências transicionais, difere em muito do ataque do superego ao ego. As idéias morais, o senso de certo e errado, não dependeriam da repressão, da aceitação a-crítica dos valores sociais, do medo de retaliação, mas, sim, poderiam surgir a partir de uma relação de confiança desenvolvida gradualmente com as figuras primitivas da vida do ser humano.

Poderíamos supor que essa moralidade winnicottiana, que emerge espontaneamente quando o ambiente é favorável, difere da concepção freudiana, que talvez possa se aproximar mais de um processo intelectual em que a criança compreende o que pode fazer ou não. Em Winnicott, o processo não é tanto intelectual quanto afetivo. Ainda, temos em Freud a ambivalência situada no plano pulsional, regida pelo id, enquanto que em Winnicott este processo se associa ao ego, e se localiza num momento muito anterior ao Édipo freudiano. Assim, notamos em Freud a inevitabilidade do sentimento de culpa como algo estruturante da condição humana, que pouco depende do arranjo sócio-histórico, enquanto que em Winnicott o papel desenvolvido pelo ambiente é fundamental.

Ao introduzirmos o conceito de espaço potencial, intermediário entre pulsão e objeto, temos um lugar de emergência do ego e da criatividade. Encontramos aí uma saída à inevitabilidade proferida por Freud acerca do conflito pulsional e seu conseqüente mal-estar associado ao sentimento de culpa: num ambiente favorável isso pode se articular numa experiência criativa. Não há em Winnicott nenhuma determinação, apenas linhas de força virtuais cuja atualização é constitutivamente mediada pelo ambiente, pela confiabilidade neste ambiente.

São superados, assim, os limites de uma abordagem que se propunha a pensar o processo psíquico através do relacionamento conflitivo entre o polo pulsional e a cultura na qual o indivíduo deveria se inserir. Winnicott torna evidente a participação decisiva do espaço intermediário, espaço de ilusão, cenário da integração egoica e, portanto, da constituição subjetiva, sublinhando a natureza criativa desse processo.

Muda-se radicalmente a concepção da constituição subjetiva. Não se trata apenas de um ser de pulsão, de conflito, de representação, de linguagem, de apropriação intelectual, mas também ser de imaginação, de criatividade, de afeto. No homem pensado por Winnicott, tanto a criatividade humana quanto o ambiente que permite sua atualização (ou provoca sua frustração) são fundamentais.

No entanto, sabemos que em Winnicott a existência de um meio suficientemente bom é necessária para o desenvolvimento saudável do psiquismo e para a possibilidade de lidar com a culpa de maneira positiva. Poderíamos nos perguntar se as relações intersubjetivas contemporâneas se encontram de fato desprovidas da possibilidade de conferir coerência, segurança e confiança suficientes para que o ciclo benigno da culpa se instaure. De qualquer maneira, sua teoria valoriza as saídas criativas no lugar do determinismo psicológico, o que parece contribuir para pensarmos a contemporaneidade em suas transformações.

Discussão

Procuramos oferecer elementos para desenvolver a questão formulada no início deste artigo: será possível uma sociedade sem culpa? Esta pergunta abrange, na verdade, diferentes elementos que podem ser determinados de maneiras distintas, como, por exemplo, no que consiste e como se dá a concepção de uma sociedade, os mecanismos envolvidos nas relações intersubjetivas, a função reguladora da culpa e seu aspecto punitivo, assim como as transformações experimentadas pela subjetividade na contemporaneidade e sua capacidade de lidar com o desconhecido.

Poderíamos supor que o sentimento de culpa ganha lugar privilegiado na teoria psicanalítica por corresponder a uma necessidade ao convívio humano ou por ser uma questão que se fazia presente no *homem moderno*? Não podemos deixar de considerar que o estudo de Freud se fundamenta nos psiquismos de sua época e, por mais que tivesse buscado garantir a universalidade do complexo de Édipo, o foco e a importância dados ao sentimento de culpa podem ganhar luz se contextualizados.

Talvez a culpa tenha podido perseverar por ter ao seu redor todo um conjunto de valores que a sustentasse. E assim ela se torna um sentimento aparentemente incontestável, amplamente difundido e representante da consciência humana. Afinal, aliada ao seu papel jurídico, a culpa vira medida de sanidade, de humanidade: aquele que comete um crime sem sentir culpa é desumano, um monstro perverso. Reconhecer o “peso na consciência” é quase um alívio, um sinônimo de que temos algo em comum que nos limite.

Neste sentido não é tão difícil entender o argumento daqueles que veem a realidade contemporânea como perigosa, perversa, narcísica. O imperativo do individualismo e do consumismo não nos permite perder tempo com culpa, e os novos dispositivos tecnológicos logo providenciam os meios para que melhor escapemos da responsabilidade com o outro. Se nos é possível fugir, mentir, passar por cima do outro sem nos sentirmos mal com nós mesmos, aonde vamos parar? Ora, este discurso faz sentido, mas será mesmo que a paralisação e a angústia provocadas pela culpa são o único meio de abrirmos os olhos para a alteridade? Será que a desvalorização da culpa corresponde necessariamente a uma abolição do recalque? Não podemos encontrar meios de expressar o desejo sem que sejamos taxados de perversos?

Se vimos que a culpa ocupou lugar privilegiado no pensamento moderno, o que encontramos na pós-modernidade é uma escassez de discussões sobre este tema específico. Será que as teorias sobre o assunto se esgotaram na modernidade? Ou este não é mais o sentimento que angustia os homens? A partir de todas as transformações culturais que vivemos, que novo sujeito se produziu? Quais são suas novas angústias e incertezas? A ausência do sentimento de culpa é tomada como o grande sintoma da atualidade, mas procuramos aqui sugerir que talvez o homem contemporâneo não esteja em perigo pelo que lhe falta, e sim que possamos avaliar quais são suas questões, em torno do que gira suas angústias, para que possamos caminhar não no retorno ou resgate da culpa, mas no sentido de novas saídas, novas elaborações teóricas e também práticas. Deveríamos ter culpa de não sentir culpa?

Tratar de um tema tão atual e ainda em construção, ou mesmo caracterizado pela constante transformação, faz com que se torne delicado construir conclusões definitivas acerca do tema que nos propusemos a discutir. E talvez nem mesmo seja esta a intenção. Não é possível afirmar categoricamente que a culpa não mais existe no psiquismo humano, nem que é ela presença determinante nas relações entre os homens. Mas é possível notar certas transformações e que pouco se tem escrito sobre o assunto, a não ser lamentando sua ausência. Mais do que isso, talvez seja interessante perceber ainda que a ques-

tão subjacente a esta discussão possa ser a existência ou não de uma natureza humana; algo como uma estrutura imutável e atemporal que se sustente ou esteja sendo violentada, ou então que seja própria do humano a sua indefinição. Neste sentido, o sentimento de culpa pode existir camuflado por essas novas tecnologias e transformações culturais ou ter realmente perdido sua força, o que implicaria a possibilidade de destruição do ser humano ou, apenas, da destruição do que já conhecíamos, abrindo espaço para novas organizações, novas produções humanas, novos arranjos sociais. O que não podemos é nos abster de lidar com as transformações. Cada um poderá escolher a perspectiva que considere preferível frente às novas questões; a que procuramos dar primazia, entretanto, não foi a da nostalgia, mas a da curiosidade.

Referências

- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DUFOUR, D. R. *As angústias do indivíduo-sujeito*. Ano 2, número 13: fev. 2001. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br>>.
- _____. *Rumo ao 'capitalismo total'?* Ano 2, número 22: novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br>> .
- _____. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2005.
- FREUD, S. (1894). As Neuropsicoses de Defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1907). Atos Obsessivos e Práticas Religiosas. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1917). Luto e Melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1913). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1921). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1923). O Ego e o Id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1924). A Dissolução do Complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. (1924b). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. (1927). O Futuro de uma Ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. (1930). O Mal-Estar na Civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. (1933). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

MIJOLLA, A. *Dicionário internacional da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

PLASTINO, Carlos Alberto (Org). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

_____. Winnicott: a fidelidade da heterodoxia. In: BEZERRA JUNIOR, Benilton. *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ROUSSILLON, René. *Paradoxos e situações limites na psicanálise*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

SIBILIA, Paula. *O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WINNICOTT, D.W. (1939). Agressão e suas raízes. In: *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (1954). *Concern*, culpa e realidade psíquica pessoal interna. In: *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1958). Psicanálise do sentimento de culpa. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. (1960). Agressão, culpa e reparação. In: *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (1963). O desenvolvimento da capacidade de envolvimento. In: *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (1964). Raízes da agressão. In: *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (1965). A moralidade inata do bebê. In: *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

_____. (1966). A ausência de um sentimento de culpa. In: *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (1968). O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações. In: *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Fernanda Goldenberg

e-mail: f.goldenberg@hotmail.com

Carlos Augusto Peixoto Jr.

e-mail: cpeixotojr@terra.com.br

Tramitação

Recebido em 10/05/2011

Aprovado em 25/07/2011